

Perseguição lingüística

história social de movimentos de repressão ao estrangeirismo no Brasil da primeira metade do século XX e história externa da língua portuguesa a partir de relatórios de perseguição comunista – Subsídios para a história da língua portuguesa.

Karina Viana CIOCCHI¹

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo fazer um levantamento da história social dos movimentos de repressão ao estrangeirismo no Brasil e história externa da língua portuguesa a partir de relatórios de perseguição comunista, fornecendo assim, subsídios históricos para a história de nossa língua.

Palavras-chave: história social, língua portuguesa, migrações e repressão.

Gramáticas históricas em geral apresentam-se tematicamente divididas em grandes seções que discorrem sobre a história externa da língua portuguesa e uma segunda, dedicada à história interna da língua portuguesa. Roteiro similar é adotado nas gramáticas de língua portuguesa consideradas mais completas. Tomemos como ilustração uma seleção de gramáticas históricas (Pereira, 1916; Coutinho, 1962; Carvalho & Nascimento, 1969) e de gramáticas sincrônicas (Cunha & Cintra, 1985 e Bechara, 1999).

Em Pereira (1916), encontramos uma sólida discussão acerca do embasamento teórico da tipologia lingüística, partindo posteriormente para a história chamada interna, aquela voltada à descrição e demonstração de evolução de fonemas, palavras e estruturas maiores da língua portuguesa.

Coutinho (1962), ainda que partindo do mesmo ponto, caminha posteriormente para explanação dos contatos entre os povos e efeitos desses nas línguas focalizadas (o

¹ Graduanda do curso de Letras da Universidade de São Paulo pelo programa de Iniciação Científica Santander kvciocchi@hotmail.com

latim, o latim vulgar; o português e seus dialetos). Na seção dedicada à história externa da língua portuguesa, o autor trata dos povos pré-romanos, romanos e pós-romanos na Península Ibérica, destaca a Reconquista cristã, atingindo posteriormente a dialeção portuguesa bem como as fases históricas da língua.

Em Carvalho & Nascimento (1969), a formação histórica da língua portuguesa é o eixo central e desencadeador do estudo posterior da história interna. Partem os autores da origem da língua portuguesa na Península Ibérica e caminham para a explanação de sua dialeção, chegando ao galego-português e de seu domínio geográfico.

Notemos que a compreensão da trajetória histórica da língua portuguesa não pode ser desvinculada de sua história social. Não é diferente nas duas gramáticas sincrônicas analisadas. Em Cunha & Cintra (1985), há um tratamento parcial da dialeção via discussão da diversidade geográfica da língua em seu estágio sincrônico. Já em Bechara (1999), encontramos várias passagens em que a mudança lingüística é trazida à tona, sem, contudo, termos um embasamento ou explicação do que teria motivado a alteração citada.

Saber que povos estiveram em contato na Península Ibérica e sua contribuição lexical ou gramatical devido aos contatos mais ou menos intensos com a população ancestral da portuguesa é relevante para o reconhecimento da trajetória lingüística e mesmo dos pontos frágeis gramaticais em situação de contato entre línguas distintas.

Na primeira metade do século XX, precisamente com o Estado Novo, tomaram campo campanhas nacionalistas e ações institucionais de caráter repressor. Um plano de homogeneização nacional ganha espaço e a língua portuguesa torna-se bandeira de nacionalismo, restando a língua dos estrangeiros num momento em que as migrações eram intensas:

A integração, como fator de unidade e independência nacional, justificou-se pela proposta de eliminar as diferenças étnicas que existissem na população brasileira e de criar uma nação homogênea, com uma única língua e uma única cultura. Assim, afastava-se qualquer perigo da formação de um Estado dentro do Estado, nas regiões coloniais, e contribuía-se para a ampliação de um verdadeiro mercado nacional – mesma língua, gostos, hábitos.

Nesse sentido, Getúlio Vargas buscava com a política de nacionalização a constituição de um Estado único, onde as diversidades regionais passassem a ser atores coadjuvantes, ao lado do protagonismo reservado à identidade brasileira. Utilizou-se da

manipulação intelectual, ideológica e legislativa, para introduzir na população brasileira a idéia de amor e pertencimento a uma nação. (SGANZERLA, s/d, p.6)

Uma das novidades foi a proibição de se falar outra língua que não fosse o português, além de afastar a possibilidade de que estrangeiros pudessem atuar em atividades específicas:

O Decreto-lei n.º 383, de 18 de abril de 1938ⁱ, em seu artigo 1º, determina que os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário, não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país. A política nacionalista tomou impulso com o Decreto-lei n.º 1.915, de 27 de dezembro de 1939ⁱⁱ, que criou o Departamento de Imprensa e Propaganda e restringiu e eliminou a liberdade de expressão dos meios de comunicação. Com a declaração do Estado de Guerra no território nacional, pelo Decreto-lei n.º 10.385, de 31 de agosto de 1942ⁱⁱⁱ, as restrições foram mais incisivas. Por sua vez, o Decreto-lei n.º 5.516, de 24 de maio de 1943^{iv}, estabeleceu a fiscalização das atividades e da organização de entidades que objetivavam a assistência, orientação, ou propaganda entre os trabalhadores. (...)

A partir da promulgação do decreto-lei n.º 3.175, de 7 de abril de 1941^v, restringiu-se a entrada de imigrantes no Brasil, reforçando ainda mais as disposições anti-estrangeiras da política nacionalista de Vargas. (SGANZERLA, s/d, pp. 6-7)

Quando se vai consultar sobre os efeitos desse período histórico na língua portuguesa, não encontramos nenhuma informação. Talvez isso ocorra devido, justamente, à repressão que passa mesmo a considerar subversivo aquele que se julga no direito de contar a história ou revisar os fatos ocorridos. A lei do silêncio impôs-se, especialmente entre os acadêmicos, que lidavam com massas de jovens inconformados com o encaminhamento da política na sociedade.

Essa é justamente a motivação para a proposição deste projeto. Recuar no tempo e buscar em documentos produzidos durante o período as ações censoras sobre a língua estrangeira e, talvez, identificar usos de estrangeirismos e sua infiltração no português da época.

Objetivo:

São quatro os objetivos deste projeto, ligados pelo trabalho de recuperação documental do século XX: i. editar documentos redigidos em português formal bem como possíveis documentos em português como L2; ii. reunir informações documentais sobre a repressão de estrangeirismos em São Paulo; iii. fornecer subsídios para a história

externa da língua portuguesa de São Paulo; iv. reunir amostras de língua portuguesa para futuros estudos gramaticais.

Aspectos metodológicos:

Para reunir os elementos elencados nos quatro objetivos explicitados, foi necessária uma primeira incursão ao catálogo de documentos do período. Os critérios adotados para seleção dos dossiês foram os seguintes:

- a) dossiês de todas as nacionalidades estrangeiras envolvidas em suspeita de atitude antinacional ou subversiva;
- b) foram excluídos da análise os dossiês que não remetiam a indivíduos mas a grupos ou empresas que estivessem sob o mesmo tipo de suspeita.

Os dossiês que cumpriram esses quesitos foram os seguintes listados:

Dossiê	Assunto	Produção
50-A-029	suspeita de atividade nazista e de atividade comunista. Investigado: engenheiro austríaco W. G.	1944-49
50-A-033	suspeita de atividade franquista. Investigado: J. P. S., espanhol.	1943
50-A-035	suspeita de atividade nazista. Investigado: F. S. B., comerciante português	1943-44
50-A-38	suspeita de atividade nazista. Investigado: J. B., tcheco	1943-69
50-A-63	suspeita de atividade fascista. Investigado: J. M., membro do Partido Fascista Italiano.	1943
50-A-113	suspeita de atividade nazista. Investigado: T. M., suíço.	1942
50-A-138	suspeita de atividade comunista. Investigado: J. P.	1943
50-A-143	suspeita de atividade fascista. Investigado: J. P., italiano	1943
50-A-144	suspeita de atividade fascista. Investigado: A. G., italiano	1943
50-A-164	suspeita de atividade eixista. Investigado: A. W	1944
50-A-226	suspeita de atividade fascista. Investigado: C. R. C.	1945
50-A-233	suspeita de atividade comunista. Investigado: R. M., polonês.	1945
50-A-238	suspeita de espionagem nazista e de posse de rádio-transmissor.	1944-45

	Investigado: G. J. M., alemão	
50-A-240	suspeita de atividade eixista e de conduta ilegal. Investigado: P. K., filho de armênios.	1944-45
50-A-255	suspeita de atividade nazista. Investigado: A. S., alemão	1944-46
50-B-005	suspeita de atividade nazista. Investigado: J. W., húngaro.	1942
50-B-11	suspeita de atitude antinacional. Investigado: H. J. R., austríaco, médico.	1944
50-B-015	suspeita de atitude antinacional. Investigado: B. I. S., judeu alemão.	1943
50-B-042	suspeita de atividade eixista. Investigado: P. B., italiano	1943
50-B-43	suspeita de atividade eixista. Investigado: J. J. M., suíço	1943
50-B-50	suspeita de atividade comunista. Investigado: S. D., judeu austríaco, alfaiate.	1943-50
50-B-96	suspeita de atividade subversiva. Investigado: J. M. M. A., espanhol.	1944
50-B-117	suspeita de atividade nipônica. Investigado: K. I., japonês.	1944
50-B-151	suspeita de atividade comunista. Investigado: E. A. S. F., argentino.	1944-52
50-B-200	suspeita de atividade eixista. Investigado: F. S., italiano.	1944
50-B-205	suspeita de atividade eixista. Investigada: E. F.	-
50-B-207	suspeita de atividade. Investigado: P. K., húngaro.	1942-43
50-B-224	suspeita de atividade fascista. Investigado: P. A, italiano	1945
50-H-004	Investigado: Barão O. F., italiano, professor titular da FFLCH-USP	1942
50-H-030	suspeita de atividade nazista. Investigada: C. C. B, professora da Escola Normal de Itapetininga-SP	1944
50-J-037	suspeita de atitude antinacional. Investigado: P. M. F.	1944
50-K-004	suspeita de atitude antinacional. Investigado: F. M. H.	1944
50-K-008	suspeita de atitude antinacional. Investigado: professor P. N., alemão	1944-45
50-K-015	Investigado: J. I., dinamarquês	1942-46
50-K-016	Investigado: M. H., polonês.	1944
50-K-017	Investigado: A. B.	1944

50-K-018	Investigado: A. F.	1944-62
50-K-023	suspeita de atitude antinacional. F. L., judeu alemão.	1943
50-K-025	suspeita de atividade fascista. Investigado: J. I.	1944
50-K-36	suspeita de atitude comunista. S. H. , polonês	1944-61
50-K-44	suspeita de atividade nazista. Investigado: M. K., polonês	1943
50-K-070	suspeita de atividade nazista. Investigado: professor J. S., alemão.	1944-64
50-K-078	suspeita de atitude antinacional. Investigado: F. A., suíço.	1944
50-K-084	suspeita de atividade comunista. Investigado: V. (ou B.) C., russo.	1944-70
50-K-99	suspeita de atividade antinacional. Investigado: A. L. F., alemão.	1943

Desse total de 45 dossiês, procederemos a uma análise detida da documentação a fim de não somente identificar amostras de português culto e português L2, se houver, mas, principalmente, contribuir com a reconstrução da história da língua portuguesa nesse período de perseguição política a estrangeiros e ao uso de sua língua materna em território brasileiro.

i. Decreto-lei n.º 383, de 18/04/1938. BOBBIO, P. V. *Lex: Ob.cit.*, ano II, 1938. p. 119-121.

ii. Decreto-lei n.º 1.915, de 27/12/1939. BOBBIO, P. V. *Lex: Ob.cit.*, ano III, 1939. p. 666-669.

iii. Decreto-lei n.º 10.385, de 31/08/1942. BOBBIO, P. V. *Lex: Ob.cit.*, ano VI, 1942. p. 379.

iv. Decreto-lei n.º 5.516, de 24/05/1943. BOBBIO, P. V. *Lex: Ob.cit.*, ano VII, 1943. p.184.

v. Decreto-lei n.º 3.175, de 07/04/1941. BOBBIO, P. V. *Lex: Ob.cit.*, ano V, 1941. p.208-210.